



DESMANCHE PARA ATINGIR O "ESTADO MÍNIMO"

MP 844 pode condenar o povo à falta de saneamento e às doenças sanitárias

Quem assiste a campanha político eleitoral só pode imaginar que estamos em outro mundo e que ninguém está sabendo a tragédia provocada pelos golpes de Temer contra o País. Continuam as promessas de investimento em saúde, em educação, em segurança, na estrutura de infraestrutura, esquecendo-se profundamente da Emenda Constitucional 55 que congelou por 20 anos os gastos com os serviços essenciais e emergenciais para a sociedade.

Para completar o abandono de políticas públicas essenciais, o governo golpista editou uma "medida provisória" (MP 844), que condena irremediavelmente qualquer investimento do Estado no setor de saneamento, sucateando as empresas estatais e abrindo licitações para entregar o setor



para operação da iniciativa privada.

Desvinculando o saneamento das políticas de saúde, com a MP 844, o governo quer permitir investimentos da saúde através do setor de saneamento apenas em municípios com até 50 mil habitantes, situação que agrada muito a iniciativa privada, que está de olho no setor e teria recursos da saúde desviados, por exemplo em coleta de lixo.

A intenção do governo Temer é aplicar um golpe mortal nas empresas estatais e acabar definitivamente

com a política de subsídios cruzados para atender municípios pobres com a receita de grandes centros urbanos, impedindo o compromisso com a universalização do saneamento.

Esta é uma luta que teremos para derrotar os golpes contra a população, que perde serviços essenciais pela absoluta incapacidade de arcar com os custos que passariam a ser cobrados em tarifas pela iniciativa privada, ávida de lucros em atividade que representa constitucionalmente uma obrigação e responsabilidade do Estado.

Nossa luta passa pelas urnas agora em outubro. Ou elegemos representantes com compromissos sociais nas assembleias legislativas e Congresso Nacional, como também governadores e presidente vinculado aos legítimos interesses coletivos do povo, ou estaremos construindo um futuro de pleno desastre para os brasileiros.

Página 3

BALANÇO FINANCEIRO

Sindágua-MG apresenta a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade no referido exercício findos em 31 de dezembro de 2017, principais diretrizes contábeis, apuração do resultado, ativos e passivos e o patrimônio líquido do sindicato.

Página 4 e 5

TUCANAGEM TENTA CONSOLIDAR A DIREITA NO PODER CONTRA POBRES

A lei não é igual para todos. O golpismo que tomou conta do País trata pobres e ricos para distanciar a condição social.

Isto está claro nas artimanhas do poder constituído, para impedir que o povo eleja seu legítimo representante e facilitar o desmanche dos avanços sociais e nas condições trabalhistas alcançadas no País.

Vivemos o momento da escolha de nosso futuro, devendo estar certos de nossa responsabilidade para evitar o retrocesso a um período de trevas do qual demoramos mais de três décadas para nos livrarmos.

Página 2 e 3



CORRUPÇÃO POR ONDE

Ex-presidente da Copasa obrigado devolver R\$13mi no Paraná

Um operador dos tucanos que passou pela presidência da Copasa está mais uma vez envolvido em prática de corrupção gigantesca, sendo obrigado a devolver R\$ 13,2 milhões aos cofres públicos no Paraná. Mauro Ricardo, Secretário da Fazenda naquela estado, foi condenado pelo Tribunal de Contas do Paraná a devolver exatos R\$ 13.241,75 aos cofres estaduais. Além dos graves problemas envolvendo o secretário de Beto Richa, ex-governador do Paraná, Mauro Ricardo teria, segundo informações na imprensa, um saláriozinho de R\$ 110 mil.

Por onde passou, o ex-presidente da Copasa, colocado no posto por Aécio Neves, deixou um rastro gosmento de corrupção. Quando passou pela direção da empresa, rapidamente foi identificado e denunciado por nós, por medidas malcheirosas, num estilo de franca truculência para aprovar vantagens pessoais e abrir os cofres da empresa em decisões ilegais. O auxílio moradia que aprovou para si mesmo na empresa, denunciado à época pelo SINDÁGUA, é um "cafe-



zinho" comparado aos valores estratosféricos desviados nos cargos sempre em cadeiras de mandatário financeiro onde passou nos governos tucanos. As denúncias na imprensa falam em prejuízo de até R\$ 500 milhões na Prefeitura de São Paulo (secretário da Fazenda) de Gilberto Kassab. Segundo denúncia do Ministério Público, com José Serra no Ministério da Saúde, em 1999, os desvios de Mauro Ricardo teriam chegado a R\$ R\$ 56.630.323,39 da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio da contratação de mão de obra terceirizada, inclusive para

atendimento a "finalidades políticas".

Apesar das denúncias de desvios de cifras astronômicas e talvez por isto mesmo, o "gestor" sempre gozou de muita "reputação" entre os governos tucanos, participando em cargos de primeiro escalão com Geraldo Alkmim no Governo de São Paulo e com Antônio Carlos Magalhães Neto, no governo da Bahia.

Na Copasa, Mauro Ricardo foi o responsável por abrir o capital da Copasa para o setor privado e implementou uma gestão de perseguição implacável a todos que defendiam uma administração transparente e amparada na lei. Perseguiu os profissionais do setor jurídico da empresa, por estes não concordarem em fornecerem pareceres para viabilizar fraudes, fazendo com que muitos deles saíssem da empresa. Quando nos livramos dele, imaginando que reconstruíamos a Copasa, deixou de herança um nome tão ruim ou pior que ele para completar a obra de sucateamento ao longo do vôo tucano dentro da empresa.

Beto Richa: mais um ex-governador do PSDB preso



Prisão de uma família poderia até dar entender que seria "genético" o gosto pela corrupção. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) levou para a cadeia no último dia 11 de setembro o ex-governador do Paraná, Beto Richa (candidato a senador), acompanhado de sua esposa Fernanda Richa, seu irmão Pepe Richa e o ex-chefe de gabinete Deonilson Roldo.

Foram 15 mandatos de prisão motivadas pela Operação Lava Jato e Ministério Público Federal do Paraná, que apura direcionamento de licitação que beneficiou empresários e propina a agentes públicos envolvidos em programa de Patrulha do Campo.

DESMANCHE DA

Usar empresas estatais como cabides de emprego e arrancar dinheiro é prática histórica dos governos de homens que vivem profissionalmente da política. Quando passou pelo Governo de Minas, Azeredo chegou ao ponto de literalmente vender a Cemig, operação que foi desmanchada por Itamar Franco, anulando o entreguismo tucano e aprovando na Assembleia Legislativa a PEC 50, que exigia plebiscito e quorum qualificado entre os deputados para autorizar privatização das empresas estatais e dos compromissos constitucionais do Estado.

O mesmo processo de reversão de uma tendência entreguista aconteceu

PASSAM OS TUCANOS

Azeredo está preso, mas não devolveu o dinheiro surrupiado da Copasa

O ex-governador tucano, Eduardo Azeredo (PSDB), está preso desde o dia 23 de maio, condenado a 20 anos e um mês de prisão por sua participação no esquema conhecido como mensalão tucano. O peessedebista só foi preso 11 anos após a apresentação da primeira denúncia contra ele. A Justiça, no entanto, ainda não determinou a devolução à Copasa do dinheiro público desviado da empresa em 1998. Corrigidos pelo IGP-M, o tucano tem que devolver R\$ 6.651.235,02 à Copasa.

Azeredo foi condenado à prisão em segunda instância pelos crimes de lavagem de dinheiro e peculato (desvio de dinheiro). Ele é acusado de ter recebido, em 1998, 3,5 milhões de reais de recursos desviados de empresas estatais mineiras para abaste-

cer sua campanha à reeleição, quando foi derrotado nas eleições pelo ex-presidente Itamar Franco.

Os R\$ 3,5 milhões obtidos de forma fraudulenta foram desviados das estatais mineiras Copasa, Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig), atual Codemig, e o extinto Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), utilizando contratos de patrocínio de fachada para o Enduro da Independência e outros eventos esportivos, em 1998. Os valores desviados, na verdade, teriam bancado a campanha eleitoral de Azeredo naquele ano.

O processo se arrastou por 11 anos na Justiça. Azeredo foi denunciado pelo Ministério Público em 2007, mas só foi condenado em 2015, na primeira instância, por prática de peculato e lavagem de dinheiro. Depois, teve a

sentença confirmada na segunda instância, em 2017. E em abril de 2018, a Justiça negou os recursos apresentados pelo ex-governador na tentativa de reverter a condenação.

CONDENAÇÃO

Azeredo foi denunciado pelo desvio de ao menos R\$ 3,5 milhões, assim divididos: R\$ 1,5 milhão da Copasa, R\$ 1,5 milhão da Comig e R\$ 500 mil do Bemge. De acordo com a denúncia, o tucano se utilizou de contratos de publicidade de fachada para os eventos esportivos Enduro da Independência, Mundial de Supercross e Iron Biker, patrocinados pelas duas estatais e o Bemge, por meio



da SMP&B Comunicação e da DNA Propaganda.

Esse dinheiro, segundo a juíza Melissa da Costa Lage, abasteceu o caixa 2 da campanha de Azeredo em 1998. “Criou-se uma organização criminoso complexa, com divisão de tarefas aprofundada, de forma metódica e duradoura”, assinala a juíza na sentença.

AS ESTATAIS DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

agora com o governador Fernando Pimentel, que bloqueou as iniciativas do governo anterior, tucano, de entregar a responsabilidade pela geração e distribuição de energia e dos serviços de saneamento para a iniciativa privada, conhecida como a "Privataria Tucana". Pimentel já declarou em alto e bom som, repetido tantas vezes pela presidenta da Copasa, Sinara Meirelles, que não permitiria a privatização da empresa, batendo de frente contra projeto encaminhado pelo golpista Michel Temer para entregar o setor do saneamento no País à iniciativa privada.

Os assuntos estratégicos do Estado são discutidos aberta e democraticamente pela sociedade e o

SINDÁGUA, em sua luta diária, conseguiu reverter iniciativa de privatizar os serviços de esgotos, com decisão pessoal do governador de cancelar processo que permitiria a instalação de uma Parceria Pública Privada (PPP) no setor.

Minas Gerais e a população pobre no Estado, que reside em regiões e cidades com poucos recursos financeiros correm séria ameaça de o governo voltar às mãos tucana, que recolocaria as responsabilidades do Estado novamente como um "filé" para os privatis-



tas explodirem seus lucros e abandonar o povo que não teria condição de pagar tarifas exorbitantes, sepultando o projeto da universalização do saneamento.

Resoluções sobre as Eleições 2018

"Considerando que vivemos uma crise política e social, que resulta da e na aplicação de medidas que tiram direitos e preservam privilégios. Que a Igreja Católica vem se manifestando em notas e mensagens nas quais a CNBB se manifestou prontamente contrária às reformas abaixo. (...)"

"Ressaltamos o compromisso a comunidade católica em não votar em parlamentares que preten-

dem se reeleger, mas que, no exercício de seu mandato, contrariaram as orientações produzidas pela CNBB, pela Província e pela Arquidiocese. (...)"

"O "Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política cuidará de dar concretude a essa orientação por meio da produção de campanha que publique o nome dos que votaram contrários às orientações da Igreja".

01 EMENDA CONSTITUCIONAL 95/16 - PEC 241

Deputados aprovaram o congelamento dos investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança pública e assistência social por 20 anos. Votação aconteceu em 26/10/2016.

- Ademir Camilo - PTN
- Aelton Freitas - PR
- Bilac Pinto - PR
- Bonifácio de Andrada - PSDB
- Brunny - PR
- Caio Narcio - PSDB
- Carlos Melles - DEM
- Dâmina Pereira - PSL
- Deleg. Edson Moreira - PR
- Diego Andrade - PSD
- Dimas Fabiano - PP
- Domingos Sávio - PSDB
- Eduardo Barbosa - PSDB
- Eros Biondini - PROS
- Fábio Ramalho - PMDB
- Franklin Lima - PP
- Jaime Martins - PSD
- Laudívio Carvalho - Solidariedade
- Leonardo Quintão - PMDB
- Luis Tibé - PTdoB
- Luiz Fernando Faria - PP
- Marcelo Álvaro Antônio - PR
- Marcelo Aro - PHS
- Marcos Montes - PSD
- Marcus Pestana - PSDB
- Mário Heringer - PDT
- Mauro Lopes - PMDB
- Misael Varella - DEM
- Newton Cardoso Jr - PMDB
- Odelmo Leão - PP
- Paulo Abi - PSDB
- Raquel Muniz - PSD
- Rodrigo de Castro - PSDB
- Rodrigo Pacheco - PMDB
- Saraiva Felipe - PMDB
- Stefano Aguiar - PSD
- Tenente Lúcio - PSB
- Toninho Pinheiro - PP
- Zé Silva - SD

01 EMENDA CONSTITUCIONAL 95/16 (PEC 241)

"A PEC 24 é injusta e seletiva. Ela elege, para pagar a conta do descontrole dos gastos, os trabalhadores e os pobres, ou seja, aqueles que mais precisam do Estado para que seus direitos constitucionais sejam garantidos". CNBB. Nota sobre a PEC 241. (27 out 2016).

02 TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA Lei 13.429/17

"A lei que permite a terceirização do trabalho, em tramitação no Congresso Nacional, não pode, em hipótese alguma, restringir os direitos dos trabalhadores. É inadmissível que a preservação dos direitos sociais venha a ser sacrificada para justificar a superação da crise". Nota da CNBB sobre o momento nacional. (21/4/2015).

03 REFORMA TRABALHISTA Lei 13.467/17

"A lei negociada, carentes da participação adequada de todos os segmentos sociais envolvidos, o texto a votar está contaminado por inúmeros, evidentes e irreparáveis inconstitucionalidades e retrocessos de toda espécie, formais e materiais". CNBB e outras entidades. Nota pública contrária ao projeto de reforma trabalhista. (10 jul. 2017)

02 TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA LEI 13.429/17

Precarização das relações trabalhistas, redução de salários e alta rotatividade no mercado, com criação dos "empregos temporários" e perda do poder de compra.

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| Bilac Pinto - PR | Marcelo Álvaro Ant. - PR |
| Caio Narcio - PSDB | Marcos Montes - PSD |
| Carlos Melles - DEM | Marcus Pestana - PSDB |
| Deleg. Edson Moreira - PR | Mauro Lopes - PMDB |
| Diego Andrade - PSD | Paulo Abi Ackel - PSDB |
| Dimas Fabiano - PP | Raquel Muniz - PSD |
| Domingos Sávio - PSDB | Renato Andrade - PP |
| Eduardo Barbosa - PSDB | Renzo Braz - PP |
| Fábio Ramalho - PMDB | Rodrigo de Castro - PSDB |
| Franklin Lima - PP | Rodrigo Pacheco - PMDB |
| Leonardo Quintão - PMDB | Saraiva Felipe - PMDB |
| Luis Tibé - PTdoB | Tenente Lúcio - PSB |
| Luiz Fernando Faria - PP | Toninho Pinheiro - PP |

03 REFORMA TRABALHISTA LEI 13.467/17

O negociado prevalece sobre o legislado, passa a valer apenas o acordo; sindicatos fragilizados; aumento da jornada de trabalho; contratação por hora trabalhada com interrupção.

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| Aelton Freitas - PR | Marcelo Aro - PHS |
| Bilac Pinto - PR | Marcos Montes - PSD |
| Brunny - PR | Marcus Pestana - PSDB |
| Caio Narcio - PSDB | Mauro Lopes - PMDB |
| Carlos Melles - DEM | Misael Varella - DEM |
| Deleg. Edson Moreira - PR | Newton Cardoso Jr - PMDB |
| Domingos Sávio - PSDB | Paulo Abi-Ackel - PSDB |
| Eduardo Barbosa - PSDB | Raquel Muniz - PSD |
| Fabinho Ramalho - PMDB | Renzo Braz - PP |
| Franklin Lima - PP | Rodrigo de Castro - PSDB |
| Jaime Martins - PSD | Rodrigo Pacheco - PMDB |
| Leonardo Quintão - PMDB | Saraiva Felipe - PMDB |
| Luis Tibé - PTdoB | Tenente Lúcio - PSB |
| Luiz Fernando Faria - PP | Toninho Pinheiro - PP |
| Luzia Ferreira - PPS | |

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017

Balanco Patrimonial

Em reais

BALANÇO PATRIMONIAL 2017		
ATIVO	2016	2017
DISPONIVEL	R\$ 2.512.548,31	R\$ 2.807.821,55
Caixa SINDÁGUA	R\$ 12.415,59	R\$ 38.650,41
Caixa Almenara	R\$ 142,41	R\$ -
Caixa Montes Claros	R\$ 2.097,66	R\$ -
Caixa Varginha	R\$ 2.070,91	R\$ -
Conta DEAPES	R\$ 1.560.476,60	R\$ 1.747.265,26
Conta SINDÁGUA	R\$ 831.535,85	R\$ 918.334,05
Aplicação Financeira	R\$ 103.809,29	R\$ 103.571,83
DEVEDORES DIVERSOS	R\$ 58.976,93	R\$ 94.024,10
Seguro/Colônia de Férias Exercícios Anter.	R\$ -	R\$ 5.043,00
Empréstimos Entidades ano Anterior	R\$ 34.000,00	R\$ 34.000,00
Empréstimos DEAPES	R\$ 450,00	R\$ 538,50
Valores a Receber	R\$ -	R\$ 29.915,67
Consórcio Nacional Liderauto	R\$ 24.526,93	R\$ 24.526,93
ADIANTAMENTOS DA FOLHA	R\$ 49.371,90	R\$ 155.229,73
DEPÓSITOS RECURSAIS/BLOQUEIO JUDICIAL	R\$ 42.814,50	R\$ 42.814,50
ADIANTAMENTO PARA VIAGEM	R\$ 27.458,09	R\$ 28.424,89
EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES	R\$ 114.800,00	R\$ 69.800,00
Sindicato Metalúrgicos Juiz Fora	R\$ 29.800,00	R\$ 29.800,00
CUT	R\$ -	R\$ 30.000,00
Sindicato Metalúrgicos BH	R\$ 50.000,00	R\$ -
Sindicato Marceneiros BH	R\$ 30.000,00	R\$ (5.000,00)
Sindicato dos Enfermeiros	R\$ 5.000,00	R\$ 15.000,00
SEGUROS A APROPRIAR	R\$ 6.892,77	R\$ 6.892,77
IMOBILIZADO	R\$ 834.129,07	R\$ 844.177,96
Imóveis	R\$ 503.246,98	R\$ 513.295,87
Investimentos	R\$ 22.057,60	R\$ 22.057,60
Veículos/Mobiliário	R\$ 308.824,49	R\$ 308.824,49
TOTAL	R\$ 3.646.991,57	R\$ 4.049.185,50

PASSIVO	2016	2017
EXIGÍVEL	R\$ 96.785,09	R\$ 107.009,33
CREDORES DIVERSOS	R\$ 54.324,61	R\$ 46.036,06
Contrato de Leasing	R\$ 43.748,70	R\$ 9.965,70
Cheques a Pagar	R\$ -	R\$ -
Repasses Diversos de Associados	R\$ (62.998,90)	R\$ (48.890,36)
Bradesco Cheque Especial	R\$ -	R\$ -
Créditos a Identificar	R\$ 18.418,98	R\$ 31.579,81
Valores a Pagar Dias parados -Demitidos	R\$ 14.860,44	R\$ 14.860,44
Valores a Pagar PL/2008-Demitidos	R\$ 20.228,59	R\$ 20.228,59
Valores a Pagar Proc. Eleitoral - Demitidos	R\$ 6.952,17	R\$ 6.952,17
Fornecedores Diversos	R\$ 13.114,63	R\$ 11.339,71
Empréstimos Sindute	R\$ -	R\$ -
Honorários de Sucumbência	R\$ -	R\$ -
OBRIGAÇÕES SOCIAIS (INSS, FGTS, IR, PISPASEP)	R\$ 42.460,48	R\$ 60.965,83
PROVISÃO SALÁRIO/ENCARGOS SOCIAIS	R\$ -	R\$ 7,44
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 3.550.206,48	R\$ 3.942.176,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.995.652,71	R\$ 3.550.206,48
RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ 1.554.553,77	R\$ 391.969,69
TOTAL	R\$ 3.646.991,57	R\$ 4.049.185,50

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2016/2017

RECEITAS	2016	2017
RECEITA SOCIAL	R\$ 2.266.741,08	R\$ 2.592.288,05
Mensalidade Associados Copasa	R\$ 2.219.133,55	R\$ 2.548.046,48
Mensalidade Associados Copanor	R\$ 20.509,25	R\$ 23.458,65
Mensalidade Associados Aguas Minerais	R\$ 480,75	R\$ -
Mensalidade Associados Saae Sete Lagoas	R\$ 16.464,62	R\$ 16.667,89
Mensalidade Associados Semasa Carangola	R\$ 552,05	R\$ 612,71
Mensalidade Associados Saae Carmo da Mata	R\$ 1.561,00	R\$ -
Mensalidade Associados Paraguaçu/Bonsucesso/Araujo	R\$ 5.706,42	R\$ 960,62
Mensalidade de Associados Diversas Entidades	R\$ 2.333,44	R\$ 2.541,70
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	R\$ 571.335,02	R\$ 630.131,60
Contribuição Sindical	R\$ 571.335,02	R\$ 630.131,60
RECEITA DEAPES	R\$ 220.899,26	R\$ 243.676,54
Mensalidades	R\$ 209.284,19	R\$ 237.306,77
Reembolso Jurídico	R\$ 11.615,07	R\$ 6.369,77
RECEITAS EVENTUAIS	R\$ 1.644.615,53	R\$ 81.426,65
Recuperação de Despesas	R\$ 66.176,86	R\$ 39.024,27
Dias Greve/Solidariedade	R\$ -	R\$ -
COMISSÕES	R\$ 37.094,03	R\$ 42.402,38
Comissões s/seguros	R\$ 37.094,03	R\$ 42.402,38
Taxa Col. Férias	R\$ -	R\$ -
Patrocínio	R\$ 200.000,00	R\$ -
Honorários de Sucumbência	R\$ 1.304.250,61	R\$ -
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 252.986,34	R\$ 93.798,67
REND APLIC FINANCEIRA	R\$ 252.986,34	R\$ 93.798,67
Sindagua	R\$ 104.929,84	R\$ 36,83
Deapes	R\$ 148.056,50	R\$ 93.761,84
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 4.956.577,23	R\$ 3.641.321,51

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições estatutárias e em cumprimento as obrigações estabelecidas pelo Estatuto Social da Entidade Sindical, após análise e exame de todas as documentações financeiras, os balancetes e contas do SINDÁGUA MG. Relativas ao período de Janeiro a Dezembro de 2017, referentes ao exercício do ano de 2016, bem como, as respostas e os esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira

da Entidade Sindical, concluíram que, as contas e todas as demonstrações contábeis exigíveis estão em conformidade com as prescrições e exigências pertinentes e apresenta adequadamente a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade no referido exercício, razão pela qual opinam pela sua aprovação. Belo Horizonte, 29 de junho de 2018..

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:
 Guilder Silva Moreira -
 Antonio Lelis - Wendy Pires

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira e estão apresentadas em Reais (R\$).

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações são as seguintes:

APURAÇÃO DO RESULTADO

As receitas e despesas são

apuradas pelo regime de competência dos exercícios.

ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTE E LONGO PRAZO

Estão apresentados pelos valores conhecidos e ou calculáveis e de realização, incluindo os correspondentes rendimentos, encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

ATIVO PERMANENTE Imobilizado

Está registrado ao custo histórico de aquisição e, não registra contabilmente a depreciação do

seu imobilizado, devido a necessidade de uma reavaliação de seus bens.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está representado pelo patrimônio social constituído, reserva de reavaliação e de déficits e superávits acumulados da entidade.

4. COBERTURA DE SEGUROS

É política da entidade manter cobertura de seguros sobre bens integrantes do ativo imobilizado — veículos e Imóveis — por montante considerado suficiente

para cobrir eventuais sinistros, levando-se em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores especializados.

José Maria dos Santos -
Presidente

Eliane S. Martins - Diretora Financeira,

Jeane Kátia Silva Ferreira -
Diretora Administrativa

Ivan Luiz de Alcântara -
Contador

CRCMG-063720/O

Survey - Contabilidade e Perícias

e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - CNPJ 16.866.667/0001-01

CONTEXTO OPERACIONAL

O SINDÁGUA - MG, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais, sociedade sem fins lucrativos, com sede e foro nesta capital, estado de Minas Gerais, fundado em 25 de julho de 1951, é uma organização sindical, de caráter classista, autônoma e democrática, com fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal dos empregados, servidores, funcionários e aposentados, nas Empresas Públicas, de Economia mista e Privada, bem como as autarquias da categoria dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos, Meio Ambiente, Exploração, Envasamento e distribuição de Águas Minerais, a Administração e Exploração dos Parques das Águas nas localidades de concessão, a Exploração de atividades ligadas a Irrigação de Água, coordenação, defesa e representação legal da respectiva categoria de trabalhadores e aposentados dentro de sua base territorial. A entidade tem por fundamentos precípuos o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora na luta por melhores condições trabalho e de vida, em particular de seus representados, além do engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira rumo à igualdade de raça e gênero, a solidariedade, a democratização dos meios de comunicação e a defesa da independência e autonomia da representação sindical.

DESPESAS	2016	2017
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA	R\$ 446.819,88	R\$ 497.416,62
Despesas Trabalhistas/Encargos Sociais	R\$ 306.003,82	R\$ 304.164,66
Despesas Diversas Departamento de Imprensa	R\$ 140.816,06	R\$ 193.251,96
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	R\$ 605.161,73	R\$ 833.078,92
Despesas Trabalhistas/Encargos Sociais	R\$ 605.161,73	R\$ 833.078,92
DEPARTAMENTO FINANCEIRO	R\$ 101.776,83	R\$ 78.274,11
Despesas Trabalhistas/Encargos Sociais	R\$ 101.776,83	R\$ 78.274,11
DEPARTAMENTO JURÍDICO	R\$ 626.629,75	R\$ 352.805,94
Despesas Trabalhistas/Encargos Sociais	R\$ 311.776,24	R\$ 312.981,09
Servicos Jurídicos Externos	R\$ 26.404,20	R\$ -
Servicos Jurídicos Internos	R\$ 256.275,18	R\$ -
Despesas Diversas Departamento Juridico	R\$ 32.174,13	R\$ 39.824,85
CAMPANHAS SALARIAIS	R\$ 53.557,49	R\$ 34.230,64
Copasa	R\$ 16.003,68	R\$ 14.640,36
Copanor	R\$ 16.222,32	R\$ 18.502,96
Copasa Irrigação - Jaiba	R\$ -	R\$ 896,00
Aguas Minerais	R\$ 4.001,17	R\$ -
Foz Jeceaba	R\$ 1.169,60	R\$ -
Paraguaçu/Bonsucesso/Araujo	R\$ 684,88	R\$ 191,32
DESPESAS ACORDO COLETIVO	R\$ 15.475,84	R\$ -
Despesas Com Diretores	R\$ 15.475,84	R\$ -
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO/GENERO	R\$ 586.163,61	R\$ 180.221,78
Seminários/Congressos/Cursos Externos	R\$ 9.631,70	R\$ 7.563,58
Manifestações	R\$ 94.129,79	R\$ 9.655,72
Concessao Uba	R\$ 18.738,85	R\$ -
Mobilização Brasília	R\$ 63.044,04	R\$ 7.200,00
Encontro Movimento Popular e Sindical	R\$ 6.422,59	R\$ -
Demais Atividades	R\$ 5.924,31	R\$ 2.455,72
Representação do Aposentados	R\$ 96.278,98	R\$ 38.173,80
Contribuições e Filiações	R\$ 121.797,22	R\$ 122.238,68
Diap	R\$ 5.167,47	R\$ 4.121,00
Cut	R\$ 75.683,64	R\$ 82.882,01
Dieese	R\$ 39.946,11	R\$ 34.935,67
FNDC	R\$ 1.000,00	R\$ 300,00
Despesas CONTSEMG	R\$ 264.325,92	R\$ 240,00
Despesas Eleicoes Sindicais	R\$ -	R\$ 2.350,00
DEPARTAMENTO DA DIRETORIA	R\$ 372.208,43	R\$ 475.644,24
Reuniao Diretoria (Plena/Executiva)	R\$ 231.152,80	R\$ 204.129,66
Diaria/Hospedagem/Alimentação	R\$ 156.979,94	R\$ 140.794,53
Deslocamento	R\$ 74.172,86	R\$ 62.525,13
Reembolso Dia Solidariedade	R\$ 1.488,83	R\$ -
Reuniões Diversas/Trabalho de Base	R\$ 138.171,48	R\$ 271.164,58
Reunioes Sete Lagoas	R\$ 70,00	R\$ 280,00
Reuniões Bom Sucesso/Paraguaçu/Araujo	R\$ 985,32	R\$ -
Reuniões Cetrel	R\$ 60,00	R\$ -
Reuniões Carmo da Mata	R\$ -	R\$ -
Demais Enpresas em Saneamento	R\$ 280,00	R\$ 70,00
DESPESAS ACESSÓRIAS ADMINISTRAÇÃO	R\$ 564.546,08	R\$ 751.495,03
Despesas Administrativas	R\$ 199.643,18	R\$ 167.185,81
Despesas com Materiais	R\$ 43.899,71	R\$ 36.611,32
Despesas Com Veículos	R\$ 19.586,80	R\$ 18.853,40
Despesas Operacionais	R\$ 301.416,39	R\$ 528.844,50
ENCARGOS NÃO OPERACIONAIS	R\$ 6.887,06	R\$ 3.675,79
ENCARGOS FINANCEIROS (Juros financeiros, encargos conta garantida)	R\$ 5.489,55	R\$ 8.938,45
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 3.369.240,41	R\$ 3.215.781,52